
Acessibilidade e Mobilidade - Factores de Competitividade para os Territórios

Paula Teles - m.pt@paulateles.pt ;

Acessibilidade; Mobilidade; Território; Planeamento

“Acessibilidade e Mobilidade - Factores de competitividade para os territórios”

Paula Teles

Gerente da m.pt® - Mobilidade Paula Teles

Portugal está na linha de arranque do planeamento da mobilidade e acessibilidade. Resultado de lacunas no planeamento da mobilidade à escala nacional, regional ou metropolitana, o governo central e alguns municípios, começaram a desenvolver uma missão estratégica no sentido de trabalhar para o desenvolvimento de territórios mais sustentáveis.

Assim, nas cidades portuguesas, o desenvolvimento da gestão da mobilidade tem começado pela escala do desenho urbano. O projecto da Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos, lançado em 2004, pode ter contribuído, de certa forma, para o reforço desta atitude. Refira-se que, a eliminação das barreiras urbanísticas e arquitectónicas, obrigatória no contexto das condições de acessibilidade e mobilidade pedonal, desencadeou a necessidade de intervenções ao nível dos conceitos, nomeadamente da circulação, do estacionamento, das cargas e descargas, e, no limite, a necessidade de agir, obrigatoriamente, à escala da cidade ou do município, com medidas mais estratégicas, mais abrangentes, substituindo as medidas avulso normalmente associadas à gestão diária do tráfego da cidade.

Actualmente, assistimos ainda, em Portugal, ao desenvolvimento da 1ª geração de Planos de Promoção da Acessibilidade, em que os municípios têm encarado esta matéria com todo o rigor e profissionalismo que a situação exige, elaborando instrumentos credíveis e úteis que contribuem directamente para a melhoria da qualidade de vida das populações, não utilizando modelos estanques, como que se de “receitas” estáticas se tratassem para os territórios.

Estes planos envolvem o território e a participação dos cidadãos no conhecimento e informação em matéria de acessibilidade e mobilidade, tendo como âmbito, a uniformização do território ao nível da inclusão social, evitando as medidas isoladas geralmente implementadas, geradoras de assimetrias e de exclusão.

O seu objectivo principal é a definição de um conjunto de medidas e acções prioritárias em matéria de acessibilidade, enquadradas numa estratégia política de âmbito municipal a definir.

Por conseguinte, os Planos de Promoção da Acessibilidade têm de definir medidas estratégicas de acessibilidade a um território concreto. Para tal, é fundamental detectar os problemas existentes (fazer levantamentos e elaborar diagnósticos), estudar as soluções apropriadas e propor acções específicas para dotar a área, previamente definida, das condições próprias do acesso universal à vila ou cidade.

Estes planos não são meros documentos técnicos. Englobam um compromisso político, participação cívica, envolvimento e parcerias múltiplas, pesquisa de soluções orçamentais e modelos de execução das acções. Os referidos planos devem ser entendidos como importantes documentos políticos e instrumentos exemplares para efectivar o princípio universal do direito à cidade.

A elaboração destes planos não reside somente na necessidade de elaboração de um plano. Reside, também, na necessidade, urgente, de envolver todos os agentes locais na construção deste novo conceito. No aumento do conhecimento, informação e formação aos cidadãos, em especial na eliminação das barreiras psicológicas e culturais.

Assim, os estudos elaborados permitem diagnosticar as barreiras à mobilidade existentes nos territórios, desenhar os corredores acessíveis, definir as prioridades de intervenção e, ainda, quantificar as intervenções necessárias.

A cidade não pode ter limites de mobilidade. Porém, a realidade tem mostrado que, muitas vezes, a cidade em vez de unir, separa as pessoas e em vez de incluir, exclui, justamente, porque na generalidade, sem qualquer preocupação e cumprimento das leis em vigor, realizam-se passeios estreitos, interrompem-se os sistemas de continuidade pedonal, não se colocam passadeiras, não se fazem rebaixamentos de acesso aos passeios, coloca-se sinalética informativa e de trânsito em qualquer sítio, localizam-se as árvores nos passeios em vez de se colocarem nos canteiros, os ecopontos nos passeios, não se adaptam os transportes e os

acessos. Todas estas barreiras simples, nada complexas, tornam o dia-a-dia de muitos cidadãos um verdadeiro tormento contribuindo, muitas vezes, para que algumas pessoas não consigam, sequer, sair da sua habitação e usufruir de tudo o que as nossas cidades e vilas têm para lhes oferecer.

Planear a mobilidade e a acessibilidade, face aos novos desafios das cidades contemporâneas, onde a mobilidade urbana e a competitividade das cidades se traduzem numa relação inequívoca, será a única forma de Portugal integrar a verdadeira cultura europeia da mobilidade. Caso contrário, poderemos ver a maioria dos fundos financeiros comunitários passar-nos ao lado.

Em suma, a gestão da mobilidade e acessibilidade para todos, no quadro actual de qualidade do espaço urbano e social, apresenta novos paradigmas e por isso, novos desafios, devendo ultrapassar os limites da tradicional engenharia de tráfego, introduzindo a sociologia urbana e o desenho de cidade como parte integrante do novo planeamento.

Por outras palavras, podemos afirmar que a mobilidade urbana ou, ainda, o planeamento da mobilidade apresenta hoje com um enorme papel social, pela capacidade que possui em unir territórios através dos diversos e complexos fluxos de tráfego que promove. Contudo, é a democratização da cidade o seu maior objectivo, permitindo a possibilidade de todos, sem excepção, usufruir das ruas e das praças que a cidade desenha todos os dias.